

# **HISTÓRIA, INTERESSE E RAZÃO**

## **Karl Popper e a epistemologia da História**

**Maria Cecília M. de CARVALHO**

Deptº de Pós-Graduação em Filosofia da PUCCAMP  
Pesquisadora do CNPq

### **RESUMO**

As considerações de Popper sobre a metodologia da investigação histórica estão balizadas pelo seu ideal de ciência empírica. Sem desconhecer as peculiaridades inerentes à investigação histórica, Popper parece não estar inclinado a admitir que elas levem dificuldades insuperáveis para a manutenção de sua tese sobre a unidade metodológica das ciências do real. Neste artigo tento expor e avaliar criticamente algumas das teses de Popper concernentes à epistemologia da História, pondo em relevo: 1) as conseqüências que derivam para a História de seu ideal de ciência empírica, 2) sua concepção, segundo a qual "escrevemos a História que nos interessa", 3) suas considerações sobre a compreensão objetiva de ações humanas e sobre o Princípio de Racionalidade, que parecem aproximá-lo da Hermenêutica.

### **ABSTRACT**

Popper's views concerning the methodology of History were developed within the framework of his ideal of empirical science.

Notwithstanding his point that there are innerent peculiarities to historical inquiry, Popper is not willing to admit that they raise many difficulties to his thesis on the methodological unity between the sciences of the real world. In this article the author tries to give an account of and to assess critically some of Popper's positions concerning the epistemology of History. As a matter of conclusion are stressed: 1. the consequences to History that follows from Popper's ideal of empirical science; 2) the implications of Poppers view that "we write the History that interests us"; and 3) Popper's way of interpreting the objective understanding of human actions and the Principle of Rationality that seems to bring him near to Hermeneutics.

## 1. O MONISMO METODOLÓGICO

As reflexões de Popper sobre a investigação histórica são guiadas pelo seu ideal de ciência empírica que tem como eixo a idéia de falsificabilidade como critério de empiricidade de teorias. Popper entende que uma História que se arroga possuir estatuto científico, alega fazer asserções sobre a realidade histórica, não estando, por conseguinte, excluída do escopo de aplicação de seu critério de demarcação. Isso pode ser atestado pelo relato que o próprio Popper faz da situação-problema por ele enfrentada em 1919, que culminou com sua opção pela falsificabilidade como critério de demarcação bem como pelo seu veredito sobre a teoria da História de Marx, conseqüência de sua adoção da falsificabilidade como critério de demarcação: conforme Popper, as previsões de Marx eram falsificáveis e teriam sido efetivamente falsificadas com a eclosão da revolução comunista na Rússia de 1917, contrariando previsões de Marx de que a revolução ocorreria em países capitalistas. A teoria marxista da história possuía, portanto, estatuto científico, pois empiricamente falsificável. Entretanto, segundo Popper, os adeptos do marxismo tentaram escamotear a falsificação

reinterpretando os fatos para melhor acomodá-los à teoria, o que teria sido conseguido ao preço de torná-la infalsificável e, de arremessá-la, por conseguinte, para além das fronteiras da ciência empírica (Popper, 1974 a: 37; Schupp, 1975: 21-24).

Não há de causar surpresa o fato de Popper haver recusado estatuto de ciência empírica às construções especulativas da história, segundo as quais o evoluir da história humana estaria submetido a leis, padrões ou ritmos, que imporiam inexorabilidade à sucessão de períodos históricos. Tais teorizações, denominadas "historicistas" não satisfazem requisitos mínimos de controlabilidade empírica, razão por que Popper as inclui no âmbito da pseudociência, identificando nelas até mesmo resquícios de uma postura supersticiosa ( Popper, 1974 a: 336).

Sem negar certas especificidades da investigação histórica, Popper se alinha entre os defensores do monismo metodológico, que sustenta uma concepção unitária de ciência empírica. Isto quer dizer, no mínimo, o endosso das seguintes teses:

1. Qualquer teoria que se arrogue o título de ciência empírica deve ser suscetível de controlabilidade com base em evidências observacionais negativas. O teste de uma teoria não consiste na busca de instâncias positivas que a confirmem, mas na procura de contra-exemplos que a refutem ( Popper, 1974 a: 240).

2. A ciência popperiana almeja teorias com máximo conteúdo empírico e, portanto, máxima testabilidade empírica (Popper, 1973: 85 e sgts).

3. A regra suprema do método popperiano prescreve que as demais regras do método devem ser escolhidas de sorte a garantir que nenhum enunciado resulte protegido de uma eventual falsificação (Popper, 1973: 26).

4. A tarefa de uma ciência empírica consiste em prover leis e teorias que sustentem genuínas explicações (Popper, 1981: 191 e sgts).

Para Popper - como se sabe - não é possível uma experiência pura, que não esteja contaminada por teorias e

interpretações; capturamos a "realidade" através de nossas redes teóricas e lingüísticas, de sorte que nunca nos defrontamos com dados puros, não interpretados; também os fatos construídos pelo historiador são gerados a partir de interpretações, as quais devem estar abertas ao teste com base em registros documentais.

Na metodologia popperiana a experiência atua como instância de teste para nossos resultados de pesquisa. Nenhuma investigação pode ter início com a simples coleta de dados, pois o que a põe em marcha é sempre um problema e este é definido por Popper como a contradição entre teorias que acolhemos e o que nos mostra a experiência (Popper, 1976: 104). Por conseguinte, a teoria precede a experiência. Todo cientista elabora antecipações que, sendo prévias à experiência, podem colidir com ela.

(...) entendo que as teorias precedem as observações e os experimentos, no sentido de que estes últimos só adquirem significação com respeito a problemas teóricos. A par disso, é preciso que exista uma indagação antes de podermos esperar que a observação ou o experimento nos ajudem, sob uma forma qualquer, a dar uma resposta. Dito em termos do método de ensaio e erro, o ensaio há de vir antes do erro; (...) a teoria ou a hipótese, que sempre é provisória, faz parte da tentativa, ao passo que a observação e o experimento nos auxiliam a afastar teorias, mostrando em que pontos apresentam falhas (Popper, 1974 b: 77).

Contra a concepção de uma ciência que pretendesse elaborar teorias a partir de observações, Popper reitera:

Entendo, ao contrário, que o papel da observação e do experimento é o papel mais modesto de auxiliar-nos a submeter a teste as teorias e a afastar aquelas que não resistem aos testes (Popper, 1974 b: 77).

Popper sublinha que a historiografia pode muito bem apresentar contornos refutáveis, podendo, em princípio, atender aos requisitos metodológicos para ser considerada ciência empírica. Isso posto, pode-se afirmar que, pelo menos em um primeiro momento, a investigação histórica não colocaria o epistemólogo diante de nenhuma situação filosófica especial. Como escreve Popper em *Replies*:

many historical statements satisfy my criterion, and belong to empirical science (Popper, 1974 d: 998).

Quanto à afirmação, acima mencionada, segundo a qual a tarefa primordial da ciência é prover explicações, Popper parece estender tal tese também às ciências sociais e históricas, quando recusa, por exemplo, a distinção que se tornou usual desde o neokantismo, entre ciências nomotéticas - que teriam por objetivo prover leis para sustentar explicações e previsões - e idiográficas - interessadas tão-somente na descrição de fatos singulares. Também a distinção metodológica entre "explicação" e "compreensão", acolhida pela Hermenêutica, seria, no entender de Popper, tributária de um preconceito essencialista: a distinção parece pressupor que a realidade estaria previamente constituída por objetos e recortada em distintos âmbitos, que antecederiam a qualquer investigação. Para Popper não somos estudiosos de assuntos ou matérias; somos estudiosos de problemas, e estes podem romper as fronteiras de qualquer campo ou disciplina. (Popper, 1974 a: 67) . Não há por que supor que a própria realidade esteja dividida em estratos os quais seriam acessíveis por diferentes métodos. Noutros termos, para Popper, quer nos interessemos pelo mundo natural ou humano, o início de uma pesquisa é marcado pela percepção de um problema, que pode concernir diversas disciplinas ou áreas de pesquisa. Detectado um problema, o cientista propõe uma teoria para solucioná-lo, submetendo-a a teste para a eliminação de erros, eventualmente nela contidos. O resultado do teste, quer seja confirmador ou refutador de uma teoria, necessariamente coloca o cientista diante de uma nova situação-problema. Independentemente de qual venha a ser seu interesse de pesquisa, o cientista popperiano é sempre um solucionador de problemas.

Na obra *A Miséria do Historicismo*, Popper defende explicitamente a unidade do método entre as várias ciências teóricas ou generalizadoras que investigam o mundo natural ou social (Popper, 1974 b: 102). Seu monismo metodológico é estendido também à História, com a ressalva de que o interesse do historiador está voltado para fatos singulares, enquanto que o interesse das ciências teóricas

ou generalizadoras se dirige para a formulação de leis universais. (Popper, 1974 b: 112 e sgts). É o assunto de nosso próximo tópico.

## **2. IDENTIDADE DE ESTRUTURA LÓGICA E DIVERSIDADE DE INTERESSES DE PESQUISA.**

Em consonância com seu monismo metodológico, Popper defende que também a História almeja fornecer explicações e que estas devem ser apreciadas segundo o modelo de explicação por subsunção a leis gerais, que ficou conhecido na literatura pela designação de "covering law model" - nome que lhe foi dado por W. Dray. (Dray, 1957) . Tal modelo não pretende explicitar a forma efetiva de que se revestem as explicações históricas, mas pôr em realce a forma lógica subjacente às explicações ou intentos de explicação fornecidos pelo historiador, bem como a forma-padrão ou ideal que serve de parâmetro para se avaliar da justeza de uma dada explicação. Segundo o referido modelo, a explicação causal de um evento singular consiste na derivação de um enunciado (explicandum), que descreve tal evento, a partir de uma classe de premissas (explicans), que contém pelo menos um enunciado legiforme e pelo menos um enunciado que descreve as condições iniciais relevantes. O historiador não constrói leis gerais, mas se vale de leis ou enunciados legiformes colocados à disposição por outras ciências, como Sociologia, Economia, etc. Tratar-se-ia, em geral, segundo Popper, de leis triviais, amplamente aceitas, razão pela qual o historiador consideraria ocioso mencioná-las em suas explicações. Entretanto, Popper dá como assentado que as explicações históricas, da mesma forma que as explicações oferecidas por outras ciências, fazem apelo, ainda que implícito, a leis universais, pois,

(...) só relativamente a alguma lei universal é que um evento singular se põe como causa de outro evento singular que é seu efeito (Popper, 1974 b: 113).

As Ciências Históricas, observemos, não assumem atitude diferente com respeito às leis universais (Popper, 1974 b: 114).

As leis universais podem, entretanto, revestir-se de tal trivialidade, fazer de tal modo parte de nosso saber comum que não temos por que mencioná-las, e delas raramente nos damos conta (Popper, 1974 b: 113).

O modelo de explicação por subsunção a leis gerais pode ser usado não só para prover uma explicação causal de um evento singular, mas também para efetuar predições visando o teste de uma hipótese, dado que a estrutura do argumento utilizado é a mesma, quer se trate de explicação, predição ou teste. A diferença consiste respectivamente no que se considera como problemático ou como "dado". Quando estamos interessados em uma explicação causal de um evento singular, assumimos como verdadeiro o enunciado que o descreve e o problema que se põe, então, é o de encontrar as leis e condições iniciais relevantes, das quais o dito enunciado pode ser deduzido. Se nosso interesse se dirige para o teste de uma hipótese, assumimos provisoriamente que a mesma seja verdadeira e nosso problema consistirá então em encontrar as condições iniciais relevantes, para que possamos deduzir da hipótese em conjunção com tais condições uma previsão a ser contrastada com resultados observacionais de forma a poder refutar ou corroborar a hipótese em tela (Popper, 1974 b: 104).

Conforme Popper, se existe unidade de padrão para se ajuizar acerca das explicações oferecidas pelas várias ciências, existe, por outro lado, diversidade de interesses cognitivos, o que permite reservar às ciências históricas um lugar de destaque frente às ciências teóricas ou generalizadoras.

Trata-se da distinção entre o interesse por leis universais e o interesse por fatos singulares. Pretendo defender o ponto de vista (...) segundo o qual *a História se caracteriza por seu interesse pelos eventos reais, singulares ou específicos, e não pelas generalizações ou leis* (Popper, 1974 b: 112).

Enquanto as ciências teóricas ou generalizadoras (naturais ou sociais), se interessam por descobrir e submeter a teste de leis universais, nas ciências históricas, prevalece o interesse em descobrir e submeter a teste enunciados singulares (Popper, 1974 b: 112). Ademais, escreve Popper:

Só no campo da História, entretanto, é que realmente nos interessamos pela explicação causal de um acontecimento *singular*. Nas ciências teóricas, as explicações causais são, via de regra, meios para um fim diferente - submeter a testes leis universais (Popper, 1974 b: 113).

É possível também que o historiador esteja interessado no teste de uma hipótese; para tanto ele efetua uma "prognose", capaz de descrever um evento ocorrido em passado remoto, a qual é contrastada com registros observacionais disponíveis, vale dizer, com documentos, inscrições, etc (Popper, 1974 b: 113).

O modelo de explicação por subsunção cumpre importante função metodológica e heurística, pois constitui a pedra de toque que permite sejam afastadas as pseudo-explicações, como as que seriam oferecidas pelo historicismo, e um critério para a detecção de explicações "ad hoc" ou circulares, perigo que sempre ronda os intentos de explicação em História. A fim de excluir a circularidade na explicação Popper exige que o *explicans* seja independentemente testável. Tanto as condições iniciais como as leis devem ser testáveis independentemente do evento que se quer explicar (Popper, 1981: 192-3). Na História, o teste das condições iniciais é mais difícil de ser realizado, posto que as mesmas são insuscetíveis de reprodução e o historiador permanece na dependência de registros veiculados pela tradição. O teste, porém, não é impossível e pode ser realizado com base em registros provenientes de outras fontes, bem como na análise de evidência documental não-verbal. Não há por que excluir as fontes históricas da discussão crítica. Aqui residiria uma outra diferença entre ciências históricas e ciências teóricas. Nas últimas, pode-se dizer que as fontes não constituem problema especial, sendo elas todas bem-vindas, como costuma ressaltar Popper, dado que os prognósticos delas derivados são mais facilmente contrastáveis com os fatos, considerando-se que, em geral, é mais fácil reproduzir-se a situação de teste. Na História, por outro lado, a questão das fontes não é destituída de importância e Popper recomenda que elas não sejam excluídas do exame crítico (Popper, 1974 a: 27).

Todavia, considerando-se que na historiografia - como reconhecido por Popper - os pontos de vista seletivos têm um papel



crucial, já ao nível da seleção de dados, e que tais pontos de vista são em geral infalsificáveis, é imperioso perguntar se a História conta com dispositivos para evitar as explicações *ad hoc* ou se o historiador não estaria fadado a argumentar circularmente.

### 3. "ESCREVEMOS A HISTÓRIA QUE NOS INTERESSA"

Para Popper a História não se distingue de outras ciências pelo fato de a investigação histórica ser guiada por pontos de vista que inevitavelmente operam um recorte na realidade e demarcam seu objeto de pesquisa. Também as ciências generalizadoras não prescindem de pontos de vista seletivos. Popper entretanto vê uma diferença importante entre as teorias das ciências generalizadoras e da História. Nas primeiras, as leis atuam como centros de interesse e pontos de vista a partir dos quais as observações são feitas ( Popper, 1974 b: 117). Na História a situação é um pouco distinta, dado que inexitem leis genuinamente históricas e o historiador tem que buscá-las em outras ciências. Contudo, essas leis universais importadas não fornecem ao historiador qualquer princípio seletivo ou ponto de vista à luz do qual os dados poderiam ser capturados. Todavia a História não pode deixar de ser seletiva, sob pena de se ver asfíxiada por uma torrente de elementos informes a demandar por um princípio aglutinador; por outro lado, se as leis utilizadas pelos historiador não lhes fornecem um ponto de vista, de onde promanaria o eixo aglutinador da pesquisa histórica? Poder-se-ia pensar que o ofício do historiador estaria bem delineado ao se lhe atribuir a incumbência de rastrear os encadeamentos causais que poderiam regredir até um passado bem remoto. Tal resposta é expressamente descartada por Popper:

A tentativa de acompanhar as cadeias causais até o passado remoto em nada ajuda, pois todo efeito concreto passível de ser escolhido como ponto de partida tem um grande número de diferentes causas parciais, ou seja, as condições iniciais são muito complexas e, em sua maioria, revestem-se de pouco interesse para nós. (Popper, 1974 b: 117).

Se compete ao historiador fornecer explicações causais, isso não o exime de adotar um ponto de vista seletivo que lhe permita construir uma tessitura, compor uma trama, e dar contorno àquela torrente de dados amorfos e aparentemente desprovidos de importância. A questão é saber de onde provém este ponto de vista seletivo, já que o mesmo se mostra imprescindível. Popper escreve:

A única saída para esta dificuldade consiste (...) em introduzir na História, conscientemente, um *preconcebido ponto de vista seletivo*; ou seja, nós escrevemos a *História que nos interessa* (Popper, 1974 b: 117-18).

Com efeito a investigação causal não é teoricamente neutra, no sentido de ser isenta de interesses e de valores norteadores da pesquisa. Ademais, Popper parece estar consciente de que a tarefa do historiador não se esgota no fornecimento de explicações; compete ao historiador também a construção de relatos, descrições ou narrativas históricas. Uma metodologia da pesquisa histórica que prescrevesse tão-somente a busca de encadeamentos causais não contemplaria de modo adequado toda a riqueza do trabalho do historiador. A História constrói encadeamentos entre eventos singulares, mas esses encadeamentos não são necessariamente de natureza causal, o que confere ao discurso histórico um caráter eminentemente narrativo:

A História, entretanto, se interessa não apenas pela explicação de eventos específicos, mas ainda pela descrição de eventos específicos enquanto tais. Uma das mais importantes tarefas da História é, sem dúvida a de descrever, em sua peculiaridade e singularidade, ocorrências de interesse - incluindo aspectos que não procurará explicar causalmente, como por exemplo, a 'acidental' ocorrência de eventos sem conexão causal. Essas duas tarefas da História, a de desmembrar os 'fios causais e a de descrever a 'acidentalidade' com que estes fios causais se entretecem, são ambas necessárias e se complementam reciprocamente - ora se pode considerar um acontecimento como típico, isto é, do ponto de vista de

sua explicação causal, ora como único" (Popper, 1974 b: 115, trad. nossa).

É digno de nota que Popper não tenha se restringido a tratar de problemas relacionados com a forma lógica da explicação histórica. Deixou claro que o trabalho do historiador não se esgota no fornecimento de explicações causais; a historiografia tem um forte componente narrativo, que torna indispensáveis os interesses aglutinadores da pesquisa. Popper soube reconhecer a importância que cabe às grandes construções da chamada filosofia especulativa da história. Reconhecer a necessidade de interpretações significa reconhecer a imprescindibilidade de construções teóricas guiadas por pontos de vista seletivos, impregnadas de valores e interesses. Na História a dependência com relação a pontos de vista, interesses e valores, é ainda mais saliente do que nas ciências teóricas, o que não significa que o historiador possa desfigurar os fatos para que se ajustem a um sistema de idéias preconcebidas, ou que ele possa negligenciar aquelas evidências que não se acomodam ao seu sistema. A presença de pontos de vista e interesses não torna a História menos objetiva e não dispensa o historiador de examinar criticamente os dados disponíveis. Significa apenas que o historiador precisa reconhecer que sua investigação se faz a partir de um ponto de vista previamente escolhido, de um interesse que inspira e molda a pesquisa. Tudo isso impõe certas restrições aos resultados obtidos: pois, se os pontos de vista atuam como faróis, permitindo iluminar algumas faces da realidade, sempre haverá outras faces da mesma que permanecerão inevitavelmente na sombra.

Os pontos de vista seletivos de que se vale o historiador cumprem funções análogas às das teorias nas ciências naturais. Eles podem gerar hipóteses, suscetíveis de teste e interpretações, em geral, subdeterminadas pelos registros documentais, não sendo possível um procedimento de decisão ou experimento crucial capaz de justificar a eliminação de interpretações que sejam claramente incompatíveis com os fatos. Seria, por conseguinte, ingênuo supor-se que uma seqüência histórica admitiria uma única interpretação com exclusão de outras. Não se pode, por outro lado, pensar que todas as interpretações são equivalentes em mérito. Aquelas que

requerem um grande número de hipóteses auxiliares para se adequarem aos registros observacionais são menos valiosas do que outras, que melhor se acomodam aos fatos. Para Popper não é de todo impossível falar-se em progresso no âmbito de interpretações históricas concorrentes; isso todavia pressuporia, segundo Popper, a comparabilidade de interesses e de problemas, o que, via de regra, como admite Popper, não é possível. Sumarizando, a História haverá sempre de conviver com uma pluralidade de interpretações, uma vez que elas não parecem ser falsificáveis. Todas as interpretações envolvem uma dose de arbitrariedade e sugestividade, embora algumas possam ser mais férteis do que outras (Popper, 1974 b: 118).

Popper defende a tese de que a história enquanto processo, é isenta de sentido; isso não quer dizer que ela seja absurda, mas sim, que é indiferente ou aberta aos sentidos que se lhe queiram dar. Essa plasticidade de sentido não dispensa ninguém da responsabilidade de conferir ao processo histórico um sentido por meio das interpretações a ele impostas.

#### **4. A ANÁLISE SITUACIONAL , O PRINCÍPIO DE RACIONALIDADE E A COMPREENSÃO HERMENÊUTICA.**

A posição de Popper acerca do método das ciências humanas está associada a uma recusa do dualismo metodológico. Contra a tese separatista, segundo a qual as peculiaridades das ciências humanas exigiriam um método igualmente *sui generis* para capturar seu objeto, Popper sustenta o monismo metodológico. Em seu entender, as peculiaridades das chamadas ciências humanas não impossibilitam a aplicação de seu método de resolução de problemas, que se mostraria apto para delinear os traços fundamentais da pesquisa em ciências humanas. Para Popper o ponto de partida de qualquer investigação científica é sempre a identificação de um problema, o qual reclama por solução. Para solucioná-lo o cientista se vale de teorias, que devem ser acolhidas tentativamente, posto que falíveis e supostamente evadas de erros, que devem ser eliminados. Este processo, que tem início com a detecção de um problema e com

a demanda por teorias tentativas para solucioná-lo é, em princípio, interminável, pois mesmo uma teoria bem-sucedida nunca será perfeita; ao dar conta de um problema, faz emergir outros, colocando o cientista inevitavelmente frente a novos desafios.

No contexto de seu exame do método das ciências humanas, Popper critica a concepção hermenêutica, segundo a qual a tarefa principal do cientista consistiria na compreensão empática dos estados mentais vividos pelos agentes, cujas ações se deseja explicar/compreender. Contra a concepção hermenêutica que atribui ao cientista a desnecessária e, às vezes, difícil - quando não impossível - tarefa de reconstruir na imaginação os processos psíquicos que precederam a realização de uma ação de terceiros, Popper defende uma concepção objetivista do processo de compreensão/interpretação, que está associada à sua ontologia dos três mundos (Popper, 1981: 153 sgs.). A tese popperiana é de que a compreensão da situação-problema não requer nenhum ato mental de colocar-se imaginativamente no lugar de outrem. Exige, sim, a reconstrução hipotética da situação-problema que se apresentava ao agente. Os ingredientes de uma situação-problema são hipóteses, suposições, teorias e suas relações lógicas, vale dizer, objetivas, pelas quais se orientaram os atores; são pois, elementos do mundo três popperiano. As ciências humanas, na medida em que buscam compreender/explicar ações têm, por conseguinte, o estatuto de meta-teorias, dado que formulam teorias acerca das supostas teorias acolhidas por um agente, cujas ações se quer explicadas. Para Popper não somente as teorias, mas também as ações são vistas como intentos de dar solução a problemas. Destarte, o curso da história deve ser concebido como uma seqüência de ações que representam intentos de solucionar problemas (Popper, 1981:167). Assim, o historiador, na medida em que almeja explicar as ações de um agente histórico formula hipóteses ou teorias acerca da situação-problema como supostamente teria sido vista pelo agente e sobre as teorias falíveis, supostamente acolhidas por ele para dar conta de seu problema; em suma, especula sobre qual seria a situação-problema de um agente e sobre seus intentos de fazer frente a ela.

Este procedimento é designado por Popper pelo nome de *análise situacional*.

Por análise situacional entendo um certo tipo de explicação tentativa ou conjectural de alguma ação humana que faz apelo à situação na qual o agente se encontrava. Pode ser uma explicação histórica: podemos talvez desejar explicar como e por que uma certa estrutura de idéias foi criada. Admitidamente, nenhuma ação criativa pode ser completamente explicada. Não obstante podemos tentar, conjecturalmente, dar uma reconstrução idealizada da *situação-problema* na qual se encontrava o agente e, nessa medida, tornar a ação 'compreensível '(ou 'racionalmente compreensível ') isto é, *adequada à sua situação como ele a viu*. Este método de análise situacional pode ser descrito como uma aplicação do *princípio de racionalidade* (Popper, 1981: 179, itálicos no original).

Em sua Autobiografia, Popper declara que seria equivocado pensar-se que suas considerações sobre a aplicabilidade do modelo dedutivo de explicação aos intentos de sistematização em História constituiriam o cerne de sua análise do método da historiografia. Popper atribui mais importância às considerações que ele tece sobre a racionalidade das ações. Nesse contexto, introduz o que ele chama de *Princípio de Racionalidade*, que tornaria explicáveis/ inteligíveis as ações humanas. Introduz também as noções de *análise situacional* ou *lógica da situação* e de *método zero* (Popper, 1974 e 117). Em *A Miséria do Historicismo* Popper já invocava a racionalidade presente nas ações humanas para enfraquecer a tese de que as situações históricas seriam insuscetíveis de um tratamento sistemático, dadas as características de "singularidade", "irrepetibilidade" e "complexidade" das situações históricas e sociais que as tornariam particularmente infensas a intentos de explicação por subsunção a leis (Popper, 1974 b: 110). A racionalidade da ação humana atuaria, por assim dizer, como uma espécie de redutor da complexidade das situações sociais:

Sem embargo, há boas razões para se crer não apenas que a Ciência Social seja menos complexa do que a Física, mas também para se acreditar que as situações sociais concretas sejam, de modo genérico, menos complexas do

que as situações físicas concretas. Com efeito, na maioria das situações sociais está presente um elemento de racionalidade. Em que pese o fato de os seres humanos raramente agirem de modo inteiramente racional (isto é, como agiriam se fizessem o melhor uso de todas as informações disponíveis para atingir os fins que se tinham proposto), eles agem mais ou menos racionalmente; e isso torna possível a elaboração de modelos relativamente simples de suas ações e interações e o emprego de tais modelos como aproximações (Popper, 1974 b: 110).

Para Popper a mais importante diferença metodológica entre as ciências naturais e sociais residiria na possibilidade de as ciências sociais empregarem o que ele chama de *método da análise situacional*, que opera na pressuposição de racionalidade dos agentes. (Popper, 1974 b: 110).

Apesar da importância que Popper atribui ao Princípio de Racionalidade, suas declarações a respeito são freqüentemente feitas de maneira informal e não raro conduzem a mal-entendidos. Somente em um artigo de 1967 "La rationalité et le statut du principe de rationalité" Popper brindou-nos com uma exposição mais ou menos clara e logrou alguma sistematicidade acerca do que ele entende por análise situacional e sobre o papel desempenhado pelo Princípio de Racionalidade bem como sobre seu estatuto. Popper nos assegura de que o princípio de racionalidade "pouco ou nada tem a ver com a afirmação de ordem empírica ou psicológica segundo a qual os homens agem sempre, ou em geral, de forma racional" (Popper, 1967: 144). Acrescenta que tal princípio constitui um enunciado "quase vazio", introduzido aprioristicamente como um postulado metodológico; Popper nega que ele tenha o estatuto de um enunciado cuja verdade seja estabelecida a priori; considera inclusive que o valor de verdade do enunciado - mesmo em sua formulação mais ampla: "os indivíduos agem sempre de uma maneira adaptada à situação em que se encontram" - é falso (Popper, 1967: 145), embora represente uma boa aproximação da realidade. Sustenta ademais que em caso de falsificação de uma análise situacional particular, não se deve considerar que o princípio tenha sido falsificado; ele deve ser

mantido, dada sua força heurística e sua capacidade de impor limites à nossa arbitrariedade na construção de modelos. (Popper, 1967: 147). A situação é a seguinte: se o resultado negativo do teste de uma teoria nos compele a decidir que parcela da teoria é responsável pelo fracasso, Popper é de opinião que:

uma boa prática metodológica consiste em não declarar como responsável o princípio de racionalidade, porém, o restante da teoria, isto é, o modelo (Popper, 1967: 145).

Popper não desconhece as dificuldades concernentes à testagem de uma análise situacional particular (Popper, 1967: 145). Enunciados que atribuem racionalidade, fins e informações a um agente têm caráter disposicional, o que os torna particularmente resistentes a uma comprovação não-ad hoc. Popper exige que as premissas de um argumento explicativo sejam testáveis independentemente do explicandum, pois, do contrário, seriam caráter puramente ad hoc e não proveriam uma genuína explicação (Popper, 1981: 192-93). Contudo, como prover evidência independente para enunciados que atribuem fins e um sistema de crenças e de valores a um agente? Uma análise situacional será bem sucedida se fizer apelo às razões que, de fato, compeliram o agente a agir da forma como agiu. Uma simples racionalização, por plausível que o seja, não dispõe de força explanatória. Todavia, as dificuldades que se interpõem à construção de testes independentes para enunciados disposicionais não são desprezíveis. Dadas essas dificuldades, o método popperiano da análise situacional parece manter semelhança com o método da compreensão hermenêutica, em que pese o esforço popperiano para marcar distância com relação à Hermenêutica. Se minha compreensão de Popper estiver correta, o principal defeito das abordagens hermenêuticas no entender de Popper estaria em seu comprometimento com o psicologismo, com uma estratégia de pesquisa que não conduziria a resultados testáveis. Assim, Popper recusa a pretensão do método hermenêutico de que uma ação, um texto ou uma obra, possam ser explicados por meio da reconstrução subjetiva e intrapática dos estados psíquicos supostamente vividos pelo agente, os quais teriam precedido a realização de uma ação ou construção de uma obra. O cerne da crítica popperiana consiste em



fazer valer que a intuição hermenêutica não é necessária nem suficiente para prover uma explicação, ainda que ela possa ter algum valor, "podendo servir ao historiador como uma espécie de teste intuitivo de sua análise situacional" ( Popper, 1981: 188).

Popper parece considerar importante desvencilhar a compreensão/explicação de ações humanas de laivos psicologizantes ( Popper: 144); o comprometimento com o psicologismo parece ser um grave defeito que oneraria os intentos hermenêuticos de explicação; propõe que, ao invés de se considerar um agente como um ser dotado de desejos, motivos, lembranças, associações, que ele seja visto como alguém que persegue determinados objetivos e dispõe de determinadas informações e teorias; Popper parece considerar que hipóteses psicológicas seriam menos acessíveis à crítica com base em argumentos racionais. (Popper, 1976: 120 - 21). Diferentemente do método da compreensão hermenêutica, o método da análise situacional consiste em

analisar suficientemente a situação dos atores, a fim de explicar a ação a partir da situação sem qualquer recurso psicológico. A compreensão objetiva consiste em vermos que a ação foi objetivamente *adequada à situação*. Noutros termos, a situação é analisada o bastante para que os elementos que, num primeiro momento pareciam ser psicológicos, como desejos, motivos, lembranças, associações, foram transformados em elementos da situação. O homem com determinados desejos torna-se , portanto, um homem cuja situação pode ser caracterizada pelo fato de que persegue certos alvos objetivos. E um homem com determinadas lembranças ou associações se converte em um homem cuja situação pode ser caracterizada pelo fato de ser equipado com estas ou aquelas teorias ou com estas ou aquelas informações.

Isto nos permite compreender, então, ações em um sentido objetivo, a ponto de podermos dizer: embora eu possua outros alvos e sustente outras teorias (diferentes das de Carlos Magno, por exemplo), caso eu estivesse em uma situação como a analisada - e a situação envolve metas e

conhecimento - eu teria agido da mesma forma e certamente também você o teria. O método da análise situacional é, por certo, um método individualista, mas não psicológico, pois exclui todos os elementos psicológicos e os substitui por elementos objetivos situacionais (Popper, 1976: 120-21) .

A análise situacional viria tomar o lugar do método hermenêutico da compreensão intrapática. A tarefa do historiador popperiano seria por conseguinte a de reconstruir a situação-problema tal como ela se afigurava para o agente , de sorte que as ações deste despontem como adequadas à situação tal como ele a teria visto (Popper, 1981: 189). Uma ação torna-se destarte inteligível, na medida em que desponta como adequada/ apropriada à situação tal como encarada pelo agente. O método da análise situacional faz uso do Princípio de Racionalidade (Popper, 1981: 179).

## 5. OBSERVAÇÕES FINAIS

Ao cabo de nossa exposição cumpre-nos fazer uma avaliação daquilo que consideramos serem as principais contribuições de Popper para uma metodologia da História.

Popper se empenha em mostrar que as ciências históricas, ainda que sejam presididas por um interesse cognitivo que lhes é peculiar, mantêm identidade de estrutura com as ciências teoréticas, na medida em que fazem uso do modelo de explicação por subsunção a leis gerais.

Não se pode deixar de assinalar que Popper foi suficientemente sensível para reconhecer peculiaridades da investigação histórica, como a presença inevitável de interesses e valores que permeiam a produção do conhecimento histórico de ponta a ponta. Fica-se contudo com a impressão de que para Popper a História não é uma ciência do mesmo quilate das ciências naturais, pois que estas se credenciam como científicas, na medida em que são

falsificáveis e as interpretações históricas, como o reconhece Popper, via de regra, não enfrentam evidências negativas.

Em que pese o esforço de Popper para se distanciar da hermenêutica, suas considerações sobre a explicação situacional parecem mostrar que ele está mais próximo da hermenêutica do que estaria disposto a admiti-lo. É difícil imaginar o que um adepto da Hermenêutica teria a objetar contra o método popperiano da análise situacional. A concepção popperiana acerca das explicações de ações humanas mantém forte semelhança com a concepção de W. Dray (Dray, 1957: 118-137). Tanto Popper como Dray parecem não dispensar um elemento valorativo ou normativo na explicação/compreensão de ações: o explanandum de Popper é uma ação  $x$  que se presume apropriada (adequada) à situação em que se encontrava o agente. De modo análogo, para Dray uma ação singular  $x$  é compreendida, na medida em que desponta como sendo a ação a ser realizada na situação em que se encontrava o agente (Dray, 1957: 124). A principal diferença entre ambos os modelos parece residir no fato de que Dray julga dispensável o apelo a um enunciado nômico do tipo: "Os agentes sempre agem de forma apropriada à situação em que se encontram" (Dray, 1955: 132), enquanto que Popper não dispensa o recurso a um Princípio de Racionalidade que desempenha o papel de enunciado legiforme em seu modelo de explicação. Dray não ignora que seu Princípio de Ação "Em uma situação de tipo  $C$ ,  $x$  é a ação a ser realizada" contenha um elemento de universalidade ou generalidade. Se  $y$  é uma boa razão para que  $A$  faça  $x$ , então  $y$  seria uma boa razão para qualquer pessoa executar  $x$ , desde que suficientemente semelhante a  $A$  e submetida a circunstâncias suficientemente similares (Dray, 1957: 132). Contudo, tal elemento de universalidade não o qualifica como enunciado legiforme. Seu estatuto é antes o de uma regra de ação e não o de uma regularidade nômica. A principal objeção de Popper contra o método hermenêutico parecia consistir na tese de que a compreensão empática seria insuficiente e desnecessária para a inteligibilidade / explicação de ações. Todavia, como esclarece Dray, a exigência de colocar-se no lugar do agente, cujas ações devem ser explicadas, não dispensa o

historiador de recorrer a evidências empíricas, no intuito de apreciar a situação-problema como o agente a teria visto e o procedimento, a juízo de Dray, pode bem ser auto-corretivo:

To get inside Disraeli's shoes the historian does not simply ask himself: 'What would I have done?'; he reads Disraeli's dispatches, his letters, his speeches, &c. - and not with the purpose of discovering antecedent conditions falling under some empirically validated law, but rather in the hope of appreciating the problem as Disraeli saw it (Dray, 1957: 129) . The historian does not build up to explanatory equilibrium from scratch. But this is far from admitting the covering law objection that the whole direction of the inquiry amounts to a vicious methodology. The procedure is self-corrective ( Dray, 1957: 130).

Popper parece considerar também que seu método da análise situacional possui uma vantagem sobre o método da compreensão hermenêutica; ao operar com entidades objetivas, habitantes do mundo três, o historiador popperiano produziria resultados mais acessíveis a teste, do que os alcançados pela compreensão hermenêutica, eivada de psicologia . Contudo, parece-me difícil acompanhar Popper nesse ponto: por que hipóteses que atribuam objetivos e informações a um agente seriam mais acessíveis a teste do que as que lhe atribuem desejos, lembranças, associações, etc.? Parece que Popper está propenso a acreditar que a compreensão hermenêutica seria alcançada tão logo o historiador produzisse algum equilíbrio ou consistência entre a ação realizada e as razões que supostamente a motivaram, isto é, sem que houvesse, da parte do metodólogo hermeneuta, qualquer preocupação quanto ao valor de verdade dos enunciados asseveradores de motivos. O processo de compreensão, entretanto, não tem por que ser imunizador de seus enunciados.

Popper critica também o dualismo metodológico defendido pela hermenêutica. Parece, entretanto, passar por alto o principal argumento que tem sido usado para a defesa do separatismo metodológico. Parece que o ponto crucial da querela entre monistas e dualistas reside na tese, acolhida

pelos dualistas, de que as ações humanas são insuscetíveis de explicação causal, pois a conexão entre uma ação e as razões que a motivaram seria de natureza conceitual, lógica, não podendo, por conseguinte, ser causal, uma vez que a relação entre uma causa e seu efeito seria de natureza contingente (vide sobretudo A. I. Melden, 1961, G. H. von Wright, 1971 e K.-O. Apel, 1979). Popper parece assumir mais ou menos tacitamente que as explicações de ações humanas são de natureza causal, sem contudo, enfrentar os argumentos contrários ao causalismo e sem explicitar o que pode querer dizer uma afirmação do tipo "a ação intencional I de X é causada pelos fatores  $F^1$ ,  $F^2$ , ...,  $F_n$ .

É curioso que Popper tenha defendido que, em caso de falsificação de previsões em ciências sociais, nunca se deva pôr em xeque o Princípio de Racionalidade. O que devemos considerar falsificadas são as hipóteses auxiliares ou os modelos ou descrições que construímos sobre a situação do agente (Popper, 1967:146). Tal posição parece colidir com a regra suprema do método popperiano, segundo a qual nenhum enunciado pode ser protegido de uma eventual falsificação. É o caso de perguntar - como o fez N. Koertge - se Popper se decidiu por uma flexibilização de suas regras metodológicas para melhor acomodá-las às ciências humanas e sociais. Afinal, um Princípio de Racionalidade assim imunizado é incapaz de excluir qualquer comportamento; os que o defendem sempre encontrarão instâncias confirmadoras do princípio por toda parte - assim como teriam feito os seguidores de Marx e Freud, alvos prediletos da crítica popperiana à atitude pseudocientífica. (Koertge, 1979: 84). J. Watkins defende o princípio de racionalidade popperiano da objeção de irrefutabilidade e trivialidade, pois, a manutenção do princípio de racionalidade mesmo face a previsões refutadas seria perfeitamente justificável a partir de um ponto de vista refutacionista. Segundo Watkins existiriam premissas que não podem simplesmente ser dispensadas sob pena de se diminuir consideravelmente a refutabilidade do sistema ou de convertê-lo em um sistema

incontrastável. Tais premissas atuam como princípios, isto é, como componentes privilegiados que se consideram irrefutáveis no interesse da refutabilidade do sistema como um todo. (J. Watkins, 1982: 87).

Uma última observação. Popper fala em Princípio de Racionalidade, como se esta expressão fosse unívoca, capaz de nos indicar, em uma dada situação de decisão, qual seria o comportamento ou curso de ação a merecer o predicado "racional". Tal suposição, entretanto, parece não encontrar amparo na moderna teoria racional das decisões, que oferece uma multiplicidade de formulações para um Princípio de Racionalidade, todas elas aparentemente aptas para capturar a idéia de ação racional; tais versões são, entretanto, incompatíveis entre si, dado que cada uma subscreve um diferente curso de ação como sendo racional.

Há circunstâncias em que não haveria apenas um curso de ação a merecer com exclusividade o predicado racional, porém, a racionalidade de uma ação não é algo que se defina com independência de um Princípio de Racionalidade adotado. ( W. Stegmüller, 1969: 413 sgts).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APEL, K.-O (1979). *Das Erklären-Verstehen Kontroverse in transzendental pragmatischer Sicht*. Frankfurt, Suhrkamp.
- DRAY, W. (1957). *Laws and Explanation in History*, Londres, Oxford University Press
- HEMPEL, C. G. (1965). *Aspects of Scientific Explanation* Nova Iorque, Free Press.
- KOERTGE, N. (1979) . "The methodological status of Popper's rationality principle". In *Theory and Decision* 10: pp. 83-95.
- MELDEN, A. I. (1961). *Free Action*. Londres, Routledge and Kegan Paul.
- POPPER, K. R. (1967). " La rationalité et le statut du principe de rationalité" "In: Classen, E. M. (org.) *Les fondements*

- philosophiques des systemes economiques*, Paris, Payot, pp. 142-150.
- \_\_\_\_\_ (1973). *Logik der Forschung*, Tübingen, J.C.B. Mohr.
- \_\_\_\_\_ (1974 a). *Conjectures and Refutations*, Londres, Routledge and Kegan Paul
- \_\_\_\_\_ (1974 b). *Das Elend des Historizismus*, Tubingen, J. C. B. Mohr, 4ª ed.
- \_\_\_\_\_ (1974 c). *The Open Society and its enemies*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
- \_\_\_\_\_ (1974 d). *Replies to my critics*. In Schilpp, P. (org.) *The Philosophy of Karl Popper*, La Salle, Open Court.
- \_\_\_\_\_ (1974 e). *Unended Quest*, Glasgow, Fontana/Collins, 1974
- \_\_\_\_\_ (1976). "Die Logik der Sozialwissenschaften" In Adorno et alii. *Der Positivismustreit in der deutschen Soziologie*. Darmstadt, Luchterhand, pp. 103-124.
- \_\_\_\_\_ (1981). *Objective Knowledge*, Oxford, Clarendon Press.
- SCHUPP, F. (1975). *Poppers Methodologie der Geschichtswissenschaft*, Bonn, Bouvier.
- STEGMÜLLER, W. (1969). *Probleme und Resultate der Wissenschaftstheorie and Analytische Philosophie*. Vol. I. Wissenschaftliche Erklärung und Begründung. Berlin, Heidelberg, N. Iorque, Springer.
- VON WRIGHT, G. H. (1971). *Explanation and Understanding*. Londres, Routledge and Kegan Paul.
- WATKINS, J. (1982). "Racionalidad imperfecta". In N. Chomsky, S. Toulmin, J. Watkins et alii (org.) *La explicación en las ciencias de la conducta*. Trad. de Daniel Quesada; 2ª ed. Madrid, Alianza Universidad, 1982; pp. 79-141.